

17 JUN 2025

1º Secretário

PROTOCOLO

Estado de Rondônia
Assembleia Legislativa

17 JUN 2025

Protocolo: 986/25

PROJETO DE LEI
ORDINÁRIA

Nº 909/25

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO – REPUBLICANOS

Institui o mês “Abril Verde e Amarelo”, dedicado à conscientização sobre a importância e a legitimidade da defesa da propriedade privada, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Rondônia, o mês “Abril Verde e Amarelo”, dedicado à realização de ações de conscientização sobre a importância e a legitimidade da defesa da propriedade privada.


Parágrafo único. O “Abril Verde e Amarelo” passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado de Rondônia.

Art. 2º São objetivos do “Abril Verde e Amarelo”:

I – realizar campanhas de sensibilização sobre a importância de comunicar imediatamente às forças de segurança pública eventuais tentativas de invasão de propriedades privadas;

II – incentivar a cooperação entre proprietários rurais, agricultores vizinhos, familiares e comunidades locais para o fortalecimento da vigilância comunitária, troca de informações e adoção de medidas preventivas contra invasões;

III – promover ações de capacitação e orientação aos proprietários, incluindo temas como gestão de crises, implementação de sistemas de segurança e regularização documental das propriedades;

PROTOCOLO	PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO – REPUBLICANOS		
<p>IV – ampliar o conhecimento da população sobre os dispositivos legais constitucionais e infraconstitucionais que asseguram o direito à propriedade privada e os meios legais de proteção contra invasões;</p> <p>V – sugerir a criação de canal específico de atendimento para denúncias de invasões de propriedades privadas, com o objetivo de facilitar o envio de informações à Polícia Militar do Estado de Rondônia.</p> <p>Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 05 de junho de 2025.</p> <p> Documento assinado digitalmente RODRIGO CAMARGO RIBEIRO Data: 05/06/2025 16:11:10-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p> <p>DELEGADO CAMARGO Deputado Estadual – REPUBLICANOS</p>		

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO – REPUBLICANOS			
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Nobres Parlamentares,</p> <p>O presente Projeto de Lei visa instituir, no âmbito do Estado de Rondônia, o mês “Abril Verde e Amarelo”, dedicado à conscientização sobre a importância e a legitimidade da defesa da propriedade privada.</p> <p>Sabemos que a propriedade privada é um dos fundamentos da ordem constitucional brasileira. A Constituição Federal de 1988, no art. 5º, inciso XXII, estabelece que <i>"é garantido o direito de propriedade"</i>, e no inciso XXIII, que <i>"a propriedade atenderá a sua função social"</i>.</p> <p>Tais dispositivos demonstram que a Carta Magna reconhece o direito de propriedade como cláusula pétrea e como um vetor do desenvolvimento econômico e social, impondo sua proteção como dever do Estado e da coletividade.</p> <p>Na seara infraconstitucional, o Código Civil consagra, em seu art. 1.228, que <i>"o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha"</i>.</p> <p>Essa previsão revela o caráter absoluto, exclusivo e oponível <i>erga omnes</i> do direito de propriedade, que não pode ser relativizado por atos de força ou ocupações ilegais, sob pena de ruptura da ordem jurídica.</p> <p>Infelizmente, a realidade mostra um cenário preocupante: segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e de organizações ligadas ao setor produtivo</p>			

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO – REPUBLICANOS			
<p>rural, o Brasil registrou mais de 1.600 ocorrências de invasões de propriedade entre 2019 e 2023¹, sendo os estados da Região Norte, especialmente Rondônia, Pará e Mato Grosso, os mais afetados.</p> <p>Esse ano, 2025, o MST já invadiu 23 propriedades rurais desde 1º de abril e planeja mais ações. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) afirma ter realizado 23 invasões de propriedades rurais, secretarias de Agricultura e uma fazenda experimental de universidade desde 1º de abril. Até o momento, o ritmo é acelerado e equivale a 2,5 ações por dia².</p> <p>Rondônia figura entre os cinco estados com maior número de registros, com impactos diretos à produção agropecuária, à segurança no campo e à integridade dos produtores e suas famílias</p> <p>Além disso, os conflitos fundiários geram efeitos econômicos e jurídicos negativos: desvalorização de terras, retração de investimentos, aumento dos custos de segurança e entraves ao crédito rural. Esse contexto exige uma atuação mais proativa do poder público na defesa do direito de propriedade e na promoção de mecanismos de prevenção e conscientização social.</p> <p>É nesse sentido que se insere o “Abril Verde e Amarelo”: um mês temático, de caráter educativo e institucional, destinado à disseminação de informações sobre os instrumentos legais de proteção da propriedade, à promoção da colaboração entre produtores e comunidades e ao fortalecimento da cultura da legalidade.</p> <p>A proposta também encontra respaldo na doutrina jurídica, conforme ensina o jurista José Afonso da Silva:</p> <p>¹ Disponível em: https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/04/25/invasoes-do-mst-onde-ocorreram-e-o-que-o-movimento-quer.shtml Acesso: 05 de abr.25</p> <p>² https://www.canalrural.com.br/nacional/mst-ja-invadiu-23-propriedades-rurais-desde-1o-de-abril-e-planeja-mais-acoas/ Acesso: 05 de abr. 25</p>			

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO – REPUBLICANOS			
<p>“A função social da propriedade não pode ser interpretada como um pretexto para legitimar a invasão ou ocupação arbitrária de terras. A regularização fundiária deve ocorrer por meio dos instrumentos previstos na ordem jurídica, com respeito ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal.” (<i>Curso de Direito Constitucional Positivo</i>, 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2022).</p> <p>A instituição do “Abril Verde e Amarelo”, portanto, não apenas reafirma o valor da propriedade privada como fundamento do Estado Democrático de Direito, mas também contribui para a redução da criminalidade no campo, para a pacificação social e para a garantia da segurança jurídica indispensável ao desenvolvimento econômico sustentável.</p> <p>Diante da relevância constitucional, jurídica, econômica e social do tema, conto com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto, que representa um compromisso com a legalidade, a proteção da cidadania e a valorização do setor produtivo rondoniense.</p>			